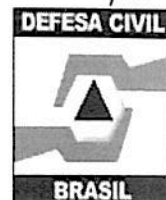




PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
COMPDEC



Ofício COMPDEC nº 107/2022
Resposta ao Of. 489/22 Sec. de Obras
Ref. Of.SEJ N. 773/22 – TC007201/989/20

Ao Ilmo. Sr. Tiago Albertim
Secretário de Governo

Em resposta as afirmações do Secretário de obras em fls. 08, cabe informar: **Quanto a mecanismos para vedar novas ocupações em áreas de risco**, a Defesa Civil do Município considerando a Lei 12.608/12 iniciou o projeto “Defesa Civil Monitora seu Bairro” em 08 de março de 2021, projeto este que consiste no mapeamento de áreas de risco em todos os bairros. Após o mapeamento, foi encaminhado aos respectivos setores competentes os levantamentos de dados para análises e providências pertinentes a cada setor, inclusive à Sec. de Governo). (anexos fl. 16 a 89)

Em setembro de 2021 o município foi contemplado para receber o programa de mapeamento de áreas de riscos dos municípios paulistas, realizado pelo Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), por meio de Termo de Cooperação Técnica com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec), desde então a continuidade do mapeamento das áreas de risco está sendo realizada pelo IPA. (anexo fl. 90)

Quanto ao **estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde**, informo que esta Coordenadoria realiza anualmente desde 2021 vistorias preventivas contra desastres em Escolas e UBS. Porém não realiza estudo de avaliação pois no quadro de funcionário não temos técnico em segurança.

Luciana Atui dos Santos
Chefe Municipal de Proteção de Defesa Civil

Ibiúna, 19 de outubro de 2022.

16

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARCIA SIQUEIRA DIAS ROSA, Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 4-9U9Z-3XDB-6L8Z-700QR

4RTEcnologia RREO - ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Período de Ref.: 01/01/2020 a 31/12/2020 - 6º Bimestre (Novembro/Dezembro) Página: 1/3

RECEITAS P/ AMPLIAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (R)	% (R/C) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (L)	78.120.000,00	78.120.000,00	33.330.831,86	86,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	40.000.000,00	40.000.000,00	24.993.821,14	61,23
Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI	4.000.000,00	4.000.000,00	7.091.355,84	17,24
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	13.120.000,00	13.120.000,00	9.954.653,35	64,51
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.100.000,00	5.100.000,00	6.330.185,53	12,43
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	511.000,00	511.000,00	1.029.306,32	201,43
Divida Ativa dos Impostos	13.370.000,00	13.370.000,00	2.370.777,71	17,75
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	1.354.000,00	1.354.000,00	1.594.521,58	119,23
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (L)	100.820.000,00	100.820.000,00	83.393.674,48	93,53
Cota-Parte FPM	41.000.000,00	41.000.000,00	34.796.381,48	82,89
Cota-Parte FTE	250.000,00	250.000,00	133.275,40	51,30
Cota-Parte FPA	11.000.000,00	11.000.000,00	11.164.978,84	101,53
Cota-Parte FMS	48.000.000,00	48.000.000,00	47.047.258,67	98,02
Cota-Parte FPE	170.000,00	170.000,00	349.526,17	94,47
Compensação Financeira, Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais	200.000,00	200.000,00	199.271,40	99,64
Demonstração FMS (L.C. 87/96)	200.000,00	200.000,00	199.271,40	99,64
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA AMPLIAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (L) + (LII)	178.940.000,00	178.940.000,00	145.623.496,34	81,38

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (R)	% (R/C) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	21.300.000,00	21.300.000,00	19.923.844,71	93,50
Proveniente da União	19.923.000,00	19.923.000,00	19.923.844,71	99,99
Proveniente dos Estados	1.377.000,00	1.377.000,00	0,00	0,00
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
DOAÇÕES VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	180.000,00	180.000,00	1.914,00	1,07
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	21.480.000,00	21.480.000,00	19.925.758,71	92,54

DESPESA COM SAÚDE (Por Fonte de Recursos da Unidade)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritos em Restos a Pagar Não Processados
			Até o Bimestre (R)	% (R/C) x 100	Até o Bimestre (R)	% (R/C) x 100	
DESPESAS CORRENTES	64.530.000,00	64.530.000,00	83.104.643,86	91,94	83.104.643,86	91,94	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	29.710.000,00	32.809.600,00	32.429.877,17	98,54	32.429.877,17	98,54	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	34.820.000,00	31.720.400,00	50.674.766,69	86,04	50.674.766,69	86,04	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.604.000,00	2.377.403,54	1.765.956,87	74,28	1.765.956,87	74,28	0,00
Investimentos	2.604.000,00	2.377.403,54	1.765.956,87	74,28	1.765.956,87	74,28	0,00
Intervenção Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	67.134.000,00	66.907.403,54	84.870.600,73	91,48	84.870.600,73	91,48	0,00

4RTEcnologia RREO - ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Período de Ref.: 01/01/2020 a 31/12/2020 - 6º Bimestre (Novembro/Dezembro) Página: 2/3

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritos em Restos a Pagar Não Processados
			Até o Bimestre (R)	% (R/C) x 100	Até o Bimestre (R)	% (R/C) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PESSOAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ACIDENTES E SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PROFIPO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	20.804.000,00	20.787.773,58	22.438.318,92	76,44	22.438.318,92	76,44	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	20.804.000,00	20.787.773,58	22.438.318,92	76,44	22.438.318,92	76,44	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CADA FUNÇÃO, NÃO INSCRITAS A PAGAR CANCELADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PRÁTICA DO PERICULUM, INSCRITAS QUE NÃO FORAM APLICADAS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM 2019, 2020 E 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	20.804.000,00	20.787.773,58	22.438.318,92	76,44	22.438.318,92	76,44	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) + (V)	88.338.000,00	87.695.177,12	107.308.919,65	91,54	107.308.919,65	91,54	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI) / (LII) x 100 - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	42,87
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VII%) - (LII) x 100	40.985.268,44
---	---------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2020	413.440,32	0,00	174.868,32	239.371,91	0,00
Inscritos em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	413.440,32	0,00	174.868,32	239.371,91	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º	SALDO INICIAL	Despesas canceladas no exercício de referência (R)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2019 - Prescritos	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2020 - Não Prescritos	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Diferença de Limite não Cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00
Diferença de Limite não Cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritos em Restos a Pagar Não Processados
			Até o Bimestre (R)	% (R/C) x 100	Até o Bimestre (R)	% (R/C) x 100	
Atenção Básica	43.984.500,00	51.282.000,99	49.554.864,50	98,11	49.554.864,50	98,11	0,00

Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.460.000,00	40.253.272,58	31.488.545,74	46,44	31.488.545,74	40,44	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	2.150.000,00	1.303.990,00	1.151.318,82	53,37	1.151.318,82	53,37	0,00
Vigilância Epidemiológica	820.000,00	276.000,00	82.748,17	10,09	82.748,17	10,09	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	67.434.500,00	62.777.172,58	62.777.172,58	100,00	62.777.172,58	100,00	0,00

4RTEcnologia RREO - ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Período de Ref.: 01/01/2020 a 31/12/2020 - 6º Bimestre (Novembro/Dezembro) Página: 3/3

RREO - ANEXO 12 (L.C. 141/2012, art. 3º)
FONTE: Sistema de Tecnologia, Unidade Responsável SECRETARIA DE FINANÇAS, Data de Emissão 29/01/2021 e Hora de Emissão 15:18:28

- Esta lista apresenta o valor referente ao Bimestre e ao ano de 2020 e 2021.
- O valor apresentado na rubrica com o código "0" ou com o código "9" deve ser o mesmo apresentado no "Total".
- O valor apresentado na rubrica com o código "0" ou com o código "9" deve ser o mesmo apresentado no "Total".
- Limite anual relativo a não cumprimento do encargo de exercício, deverá ser informado e limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quanto ao percentual não estabelecido para o exercício em 2019 e 2020.
- Saldo e exercício de valor referente ao encargo de exercício em 2019 e 2020.
- Não há limite percentual de exercício e encargo de exercício, será o limite com base na Lei Orgânica do Município.
- Esta lista poderá ser atualizada somente no último bimestre.

IBIÚNA, 29 de Janeiro de 2021.

Defesa Civil inicia projeto "Defesa Civil Monitora Seu Bairro"



PROJETO DEFESA CIVIL MONITORA SEU BAIRRO

MONITORAMENTO DE ÁREAS DE RISCO

TELEFONE EXCLUSIVO:
15 3241.5129
15 99834.4990

Av. São Sebastião | 307 | Centro

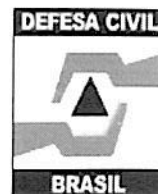


Defesa Civil iniciará o Laval. A Defesa Civil estará com uma tenda montada, recebendo os moradores, e uma equipe andando pelas ruas, escutando a população sobre as áreas de risco, aspectos sociais, capacidades e infraestruturas. O intuito da Coordenadoria é percorrer um bairro por dia, sendo que nos casos dos mais populosos estendendo para dois.

A ideia do projeto é fortalecer as capacidades dos territórios e da população, consequentemente, diminuir a exposição às ameaças de desastres naturais, como deslizamentos e inundações nos períodos de chuvas e de queimadas durante a estiagem.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
COMPDEC



Resolução COMPDEC 01/2021

Luciana Atui dos Santos, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil, nos usos de suas atribuições legais e considerando que o município de Ibiúna faz parte MCR 2030 – constituindo cidades resilientes.

Considerando a carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação realiza pelo IPT – instituto de pesquisas tecnológicas ano 2018.

Considerando que o município de Ibiúna faz parte do Plano Preventivo de Defesa Civil – PPDC do Estado de São Paulo.

Considerando que a Política Nacional de Defesa Civil – PNPDEC, que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, voltadas a proteção e defesa civil.

Considerando que á necessidade de atuação articulada entre a união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para redução de desastres e apoio a comunidades antigas;

Considerando a Lei 12.608/2012 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

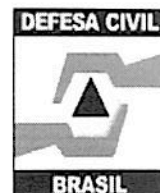
Considerando os artigos da Lei supracitada:

8º Compete aos Municípios

- I – Executar a PNPDEC em âmbito local;
- II – Coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União dos Estados;
- III – Incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- IV – Identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- V – Promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas
- VI – Declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
- VII – Vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
- VIII – Organizar e administra abrigos provisórios para assistência à população em situação desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
COMPDEC



IX – Manter a população informada sobre as áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X – Mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XI – Realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção de Defesa Civil;

XII – Promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situação de desastres;

XIII – Proceder a avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV – Manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de defesa civil no Município;

XV – Estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para a atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e

XVI – Prover solução e moradia temporária às famílias atingidas por desastres;

Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:

I – Desenvolver a cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;

II – Estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;

III – Estimular a reorganização do setor produtivo e a restauração econômica das áreas atingidas por desastres;

IV – Estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;

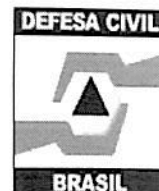
V – Oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção de defesa civil;

VI – Fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres.

A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE IBIÚNA – COMPDEC.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
COMPDEC



Resolve

Art. 1º Criar o projeto “DEFESA CIVIL MONITORA SEU BAIRRO”, que consiste em realizar o mapeamento comunitário das áreas de risco do município de Ibiúna, afim de conscientizar a população dos riscos existentes, este composto por 31 páginas.

Art. 2º Diante dos fatos acima expostos e considerando a Lei Municipal nº. 623/2001, o artigo 3º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil, criando o grupo de trabalho para o referido projeto, a fim de atender os artigos 8º e 9º da Lei 12.608/2012, este grupo será composto por representantes das Secretarias Municipais, sociedade civil, associação de bairros e afins.

Art.3º Tornar Público a implantação do projeto denominado “Defesa Civil Monitora o Seu Bairro”, onde será realizado o mapeamento e monitoramento das áreas suscetíveis a risco de desastre presentes nos bairros do município.

§ Único – O mapeamento comunitário deverá ser realizado com base na aplicação de formulários elaborados pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, contando com o conhecimento da população que reside nos bairros.

Art. 4º Os formulários serão aplicados por agentes da Coordenadoria Municipal de proteção e Defesa Civil, que serão orientados para realizar de forma segura e correta a coleta das informações.

§ 1 – Todas as informações contidas nos formulários serão inseridas na plataforma Google Forms, para armazenamento, análise e consulta.

§ 2 – Após findar a coleta as informações serão analisadas e transferidas para a plataforma web, Google Earth ou Google My Maps, onde será gerado o mapa das áreas.

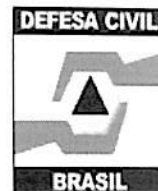
§ 3 – As informações pertinentes a reclamações serão coletadas durante a aplicação do formulário e posteriormente serão encaminhadas aos setores responsáveis, para conhecimento e possível providência.

Art. 5º Deverá ser realizado a confecção do documento de “caracterização das áreas” pontuadas no mapeamento comunitário, sendo obrigação do técnico qualificado e responsável pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

Art. 6º Todos os agentes de que vão estar coletando as informações *in loco* devem estar identificados com uniformes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
COMPDEC



§ Único – A coleta *in loco* será realizada entre segunda à sexta feira, das 09:00 horas às 12:00 horas, podendo variar conforme o bairro.

Art. 7º O Mapeamento Comunitário denominado “Defesa Civil Monitora o Seu Bairro”, juntamente com o documento de “Caracterização das Áreas de Risco” devem ser disponibilizados no site www.ibiuna.sp.gov.br.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no jornal “Imprensa Oficial”, órgão oficial da Prefeitura da Ibiúna, disponível no site www.ibiuna.sp.gov.br.

ANEXO I

Formulário de Informações para elaboração do mapeamento das áreas

ANEXO II

Formulário de Informações para Construção do Mapa Comunitário contendo possíveis Pontos de Apoio.

ANEXO III

Orientação para o Formulário de Informações para Construção do Mapa Comunitário

Ibiúna, 06 de abril de 2021

Luciana Atui dos Santos
Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna












Estado de São Paulo

DEFESA CIVIL





21

Orientações para Formulário de Informações para Construção de Mapa Comunitário



Riscos Geológicos



Código	Identificação do Risco	Descrição
1 	Quedas, tombamentos e rolamentos de rochas	As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.
2 	Deslizamento rápido de solo	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta.
3 	Corridas de massa	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso.
4 	Subsidências e colapsos	Afundamento rápido ou gradual do terreno devido ao colapso de cavidades.
5 	Erosão de margem fluvial	Desgaste das encostas dos rios que provoca desmoronamento de barrancos.
6 	Erosão continental	Remoção de uma camada do solo, provocada por escoamento hídrico superficial concentrado.
7 	Inundação	Aumento do nível da água de um rio, córrego ou lago. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.
8 	Enxurrada	Escoamento superficial de alta velocidade, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado.
9 	Alagamento	Acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.
10 	Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.
11 	Focos de Incêndio	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação.

Riscos Biológicos














Código	Identificação do Risco	Descrição
12 	Epidemias (doenças infecciosas)	Surtos de doenças espalhadas por vírus, bactérias, parasitas ou fungos.
13 	Infestações de pragas	Infestação por animais peçonhentos, venenosos ou com alto índice de reprodução.
14 	Pragas vegetais danosas à pecuária	Espécimes vegetais danosos à pecuária, por exemplo, moscas, borrachudos, escorpiões, cobras e outros.
15 	Pragas vegetais danosas à agricultura	Espécimes vegetais danosos à agricultura, por exemplo, lagartas, brocas, mofo, cochonilha, ácaros e ferrugens.

Riscos Sociais

Código	Identificação do Risco	Descrição
16 	Violência doméstica	Episódios de agressão física, verbal ou moral entre moradores de uma mesma residência.
17 	Marginalização de infância e juventude	Jovens e crianças em situação de vulnerabilidade e com alta propensão a associar-se a atividades ilegais

18		Tráfico de drogas	Venda de ilícitos
19		Incremento de índices de criminalidade e violência	Regiões que, pela atual situação em que se encontram, possuem vulnerabilidades que a tornam menos segura, como por exemplo, iluminação pública deficitária, alto índice de construções abandonadas, áreas escuras, trilhas com baixa circulação de pessoas e outros

Riscos Tecnológicos

Código	Identificação do Risco	Descrição
20	 Liberação de produtos químicos por explosão ou incêndio	-
21	 Liberação de produtos químicos no sistema de água potável	-
22	 Derramamento de produtos químicos em corpos hídricos	-
23	 Desastre relacionado a transporte de produtos perigosos	-
24	 Colapso de edificações	-
25	 Rompimento ou colapso de barragens ou lagos	-
26	 Incêndio em instalações de combustíveis, óleos ou lubrificantes	-
27	 Uso abusivo e não controlado de agrotóxicos	-
28	 Contaminação dos sistemas de água potável	-
29	 Risco de exaurimento de recursos hídricos	Possibilidade de que, por mal uso, por retirada superior a capacidade de reposição, um recurso hídrico (rio, lago, córrego, etc) tenha sua vazão reduzida, diminuindo assim o seu nível, ou, inclusive, secando.
30	 Risco de colapso ou sobrecarga do sistema de coleta de resíduos	-
31	 Destruição intencional de fauna e/ou flora	-
32	 Fluxo desordenado de trânsito	-

Pontos de Apoio

Código	Infraestrutura	Descrição
A	Posto de Comando	Área de controle da operação, consiste no local de reunião da equipe de atendimento à ocorrência, em que decisões serão tomadas e reportadas.
B	Abrigo	Locais preestabelecidos para os quais os munícipes desalojados serão encaminhados após passarem por triagem inicial na área de espera.
C	Área de Espera	Local em que os desalojados, seja em caráter provisório ou definitivo, serão destinados, para que sejam adequadamente recepcionados, atendidos, cadastrados e destinados, conforme medida adotada durante a operação.
D	Ponto de Encontro	Destino das rotas de fuga. Ponto em que haverá ao menos um agente da defesa civil, quer seja voluntário, quer não, de prontidão para informação e destinação à área de espera.



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

DEFESA CIVIL

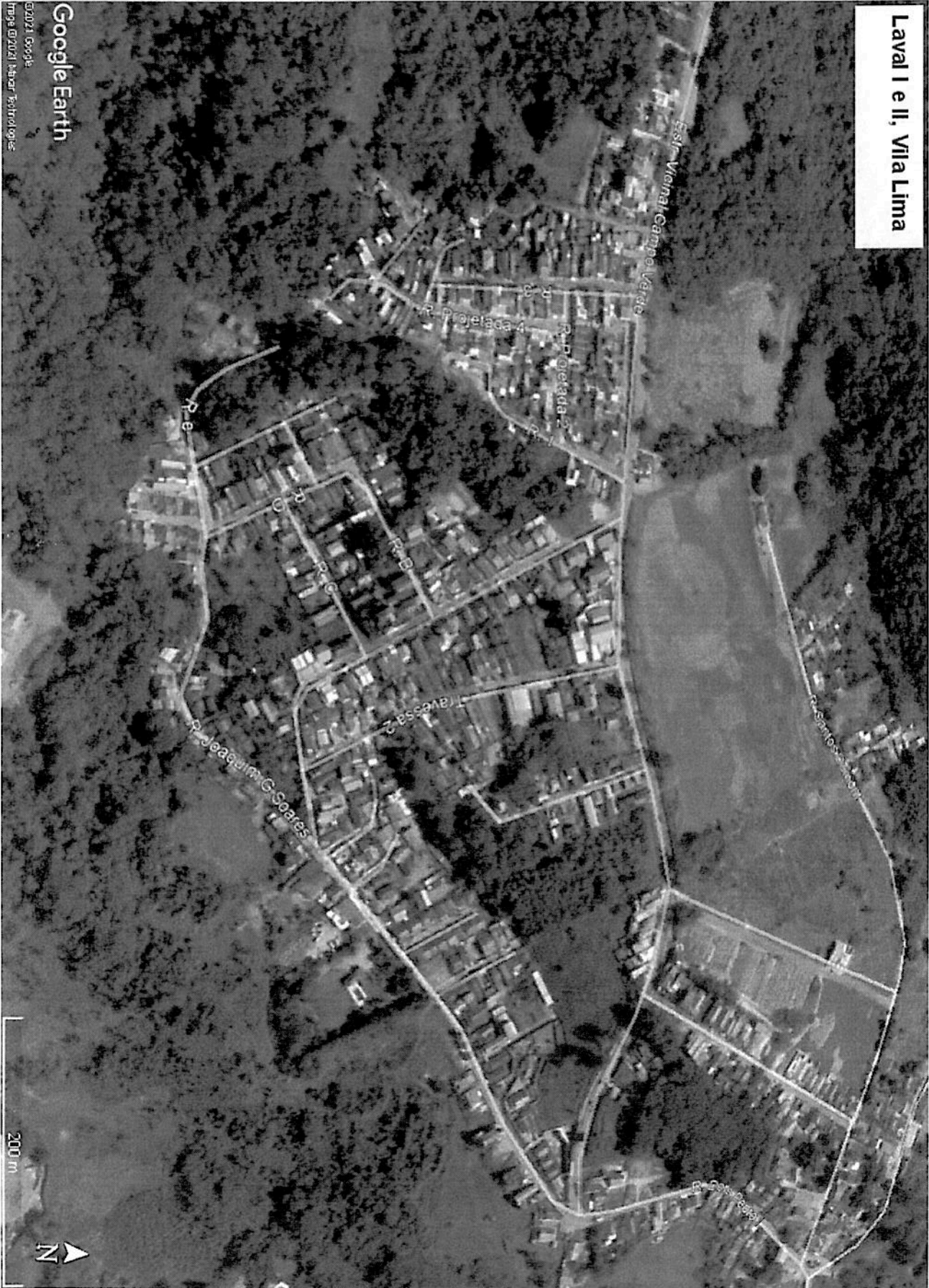
Formulário de Informações para Construção de Mapa Comunitário

Bairro:

Laval I e II, Vila Lima

Google Earth

©2021 Google
Imagem ©2021 Imagem Tecnologia





Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

DEFESA CIVIL

Formulário de Informações para Construção de Mapa Comunitário

Bairro:

Endereço:

Riscos Geológicos

Código	Identificação do Risco	Sim	Não
1	Quedas, tombamentos e rolamentos de rochas		
2	Deslizamento rápido de solo		
3	Corridas de massa		
4	Subsidências e colapsos		
5	Erosão de margem fluvial		
6	Erosão continental		
7	Inundação		
8	Enxurrada		
9	Alagamento		
10	Vendaval		
11	Focos de Incêndio		

Riscos Biológicos

Código	Identificação do Risco	Sim	Não
12	Epidemias (doenças infecciosas)		
13	Infestações de pragas		
14	Pragas vegetais danosas à pecuária		
15	Pragas vegetais danosas à agricultura		

Riscos Sociais

Código	Identificação do Risco	Sim	Não
16	Violência doméstica		
17	Marginalização de infância e juventude		
18	Tráfico de drogas		
19	Incremento de índices de criminalidade e violência		

Riscos Tecnológicos

Código	Identificação do Risco	Sim	Não
20	Liberação de produtos químicos por explosão ou incêndio		
21	Liberação de produtos químicos no sistema de água potável		
22	Derramamento de produtos químicos em corpos hídricos		
23	Desastre relacionado a transporte de produtos perigosos		
24	Colapso de edificações		
25	Rompimento ou colapso de barragens ou lagos		
26	Incêndio em instalações de combustíveis, óleos ou lubrificantes		
27	Uso abusivo e não controlado de agrotóxicos		
28	Contaminação dos sistemas de água potável		
29	Risco de esgotamento de recursos hídricos		
30	Risco de colapso ou sobrecarga do sistema de coleta de resíduos		
31	Destruição intencional de fauna e/ou flora		
32	Fluxo desordenado de trânsito		

Infraestrutura Existente

Código	Infraestrutura	Sim	Não
33	Sinalização de Trânsito		
34	Pontos de Ônibus		
35	Escola		
36	Posto de Saúde		
37	Farmácia		
38	Quadras de Esportes		
39	Campos		
40	Parques e Praças		
41	Pontes		
42	Torres de Energia de Alta Tensão próximo a residências		

Pontos de Apoio

Código	Infraestrutura
A	Posto de Comando
B	Abrigo
C	Área de Espera
D	Ponto de Encontro

Observações



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

DEFESA CIVIL

Formulário de Informações para Construção de Mapa Comunitário

Bairro:

Endereço:

Riscos Geológicos

Código	Identificação do Risco	Sim	Não
1	Quedas, tombamentos e rolamentos de rochas		
2	Deslizamento rápido de solo		
3	Corridas de massa		
4	Subsidências e colapsos		
5	Erosão de margem fluvial		
6	Erosão continental		
7	Inundação		
8	Enxurrada		
9	Alagamento		
10	Vendaval		
11	Focos de Incêndio		

Riscos Biológicos

Código	Identificação do Risco	Sim	Não
12	Epidemias (doenças infecciosas)		
13	Infestações de pragas		
14	Pragas vegetais danosas à pecuária		
15	Pragas vegetais danosas à agricultura		

Riscos Sociais

Código	Identificação do Risco	Sim	Não
16	Violência doméstica		
17	Marginalização de infância e juventude		
18	Tráfico de drogas		
19	Incremento de índices de criminalidade e violência		

Riscos Tecnológicos

Código	Identificação do Risco	Sim	Não
20	Liberação de produtos químicos por explosão ou incêndio		
21	Liberação de produtos químicos no sistema de água potável		
22	Derramamento de produtos químicos em corpos hídricos		
23	Desastre relacionado a transporte de produtos perigosos		
24	Colapso de edificações		
25	Rompimento ou colapso de barragens ou lagos		
26	Incêndio em instalações de combustíveis, óleos ou lubrificantes		
27	Uso abusivo e não controlado de agrotóxicos		
28	Contaminação dos sistemas de água potável		
29	Risco de esgotamento de recursos hídricos		
30	Risco de colapso ou sobrecarga do sistema de coleta de resíduos		
31	Destruição intencional de fauna e/ou flora		
32	Fluxo desordenado de trânsito		

Observações

**DEFESA CIVIL****Resolução COMPDEC 01/2021**

Luciana Atui dos Santos, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil, nos usos de suas atribuições legais e considerando que o município de Ibiúna faz parte MCR 2030 – constituindo cidades resilientes.

Considerando a carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação realiza pelo IPT – instituto de pesquisas tecnológicas ano 2018.

Considerando que o município de Ibiúna faz parte do Plano Preventivo de Defesa Civil – PPDC do Estado de São Paulo.

Considerando que a Política Nacional de Defesa Civil – PNPDEC, que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, voltadas a proteção e defesa civil.

Considerando que a necessidade de atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para redução de desastres e apoio a comunidades antigas;

Considerando a Lei 12.608/2012 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Considerando os artigos da Lei supracitada:

8º Compete aos Municípios

- I – Executar a PNPDEC em âmbito local;
- II – Coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União dos Estados;
- III – Incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- IV – Identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- V – Promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas
- VI – Declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
- VII – Vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
- VIII – Organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
- IX – Manter a população informada sobre as áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
- X – Mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
- XI – Realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Continuidade de Proteção e Defesa Civil;
- XII – Promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situação de desastres;
- XIII – Proceder a avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
- XIV – Manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de defesa civil no Município;
- XV – Estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para a atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e
- XVI – Prover solução e moradia temporária às famílias atingidas por desastres;

Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:

- I – Desenvolver a cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao de-

- envolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;
- II – Estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
- III – Estimular a reorganização do setor produtivo e a restauração econômica das áreas atingidas por desastres;
- IV – Estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;
- V – Oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil; e
- VI – Fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres.

A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE IBIÚNA – COMPDEC.**Resolve**

Art. 1º Criar o projeto “DEFESA CIVIL MONITORA SEU BAIRRO”, que consiste em realizar o mapeamento comunitário das áreas de risco do município de Ibiúna, afim de conscientizar a população dos riscos existentes, este composto por 31 páginas.

Art. 2º Diante dos fatos acima expostos e considerando a Lei Municipal nº 623/2001, o artigo 3º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil, criando o grupo de trabalho para o referido projeto, a fim de atender os artigos 8º e 9º da Lei 12.608/2012, este grupo será composto por representantes das Secretarias Municipais, sociedade civil, associação de bairros e afins.

Art. 3º Tornar Público a implantação do projeto denominado “Defesa Civil Monitora o Seu Bairro”, onde será realizado o mapeamento e monitoramento das áreas suscetíveis a risco de desastre presentes nos bairros do município.

§ Único – O mapeamento comunitário deverá ser realizado com base na aplicação de formulários elaborados pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, contando com o conhecimento da população que reside nos bairros. Art. 4º Os formulários serão aplicados por agentes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, que serão orientados para realizar de forma segura e correta a coleta das informações.

§ 1 – Todas as informações contidas nos formulários serão inseridas na plataforma Google Forms, para armazenamento, análise e consulta.

§ 2 – Após findar a coleta as informações serão analisadas e transferidas para a plataforma web, Google Earth ou Google My Maps, onde será gerado o mapa das áreas.

§ 3 – As informações pertinentes a reclamações serão coletadas durante a aplicação do formulário e posteriormente serão encaminhadas aos setores responsáveis, para conhecimento e possível providência.

Art. 5º Deverá ser realizado a confecção do documento de “caracterização das áreas” pontuadas no mapeamento comunitário, sendo obrigação do técnico qualificado e responsável pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

Art. 6º Todos os agentes de que vão estar coletando as informações in loco devem estar identificados com uniformes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ Único – A coleta in loco será realizada entre segunda à sexta feira, das 09:00 horas às 12:00 horas, podendo variar conforme o bairro.

Art. 7º O Mapeamento Comunitário denominado “Defesa Civil Monitora o Seu Bairro”, juntamente com o documento de “Caracterização das Áreas de Risco”



devem ser disponibilizados no site www.ibiuna.sp.gov.br.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no jornal "Imprensa Oficial", órgão oficial da Prefeitura da Ibiúna, disponível no site www.ibiuna.sp.gov.br.

ANEXO I

Formulário de Informações para elaboração do mapeamento das áreas

ANEXO II

Formulário de Informações para Construção do Mapa Comunitário contendo possíveis Pontos de Apoio

ANEXO III

Orientação para o Formulário de Informações para Construção do Mapa Comunitário

Ibiúna, 06 de abril de 2021

Luciana Atui dos Santos

Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

"Vereador Rubens Xavier de Lima"
Estado de São Paulo

ATO No. 38/2021

De 25 de maio de 2021.

Nomeia Comissão Especial de Vereadores.

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 76, inciso II, alínea "a", no. 2 do Regimento interno, e pelo Artigo 2o. da Resolução no. 06 de 20 de maio de 2021.

RESOLVE:

I - Ficam nomeados os Vereadores Abel Rodrigues de Camargo, Ronie Von Pires de Oliveira e Volnei Galvão para integrarem a Comissão Especial de Vereadores com a finalidade de promover estudos visando elaborar sugestões para o aprimoramento da segurança no âmbito do Município de Ibiúna.

De comum acordo e atendidas as disposições regimentais restou eleito como Presidente da Comissão Especial o Vereador Abel Rodrigues de Camargo, como Vice-Presidente o Vereador Ronie Von Pires de Oliveira e Relator o Vereador Volnei Galvão.

III - Publique-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 25 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2021.

PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES
PRESIDENTE

Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara e afixado no local de costume na data supra.

Marcos Pires de Camargo
Diretor Geral

EMENDA Nº 28 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA De 26 DE MAIO DE 2021.

Cria dispositivo na Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Ibiúna, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei Orgânica Municipal, promulga esta emenda ao seu texto:

Art. 1º - Fica criado o seguinte artigo na Lei Orgânica do Município de Ibiúna:

"Artigo 124-A - É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

§1º As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§2º As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos estritamente de ordem técnica, nestes casos, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até cento e vinte dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;
II - até trinta dias após o término do prazo previstos no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 de setembro, ou até trinta dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei ao Legislativo Municipal sobre o remanejamento da programação prevista inicialmente cujo impedimento seja insuperável; e

IV - se, até 20 de novembro, ou até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Legislativo Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previsto na lei orçamentária.

§3º. Após o prazo previsto no inciso IV do §2º, as programações orçamentárias previstas no §1º deste artigo não serão consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do §2º deste artigo.

§4º. Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no §1º deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§5º. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no §1º deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§6º. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independente da autoria.

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Emenda correrão por conta de verba orçamentária própria.